



Prefeitura de Vitória  
Estado do Espírito Santo  
Controladoria Geral do Município  
Gerência de Auditoria

## **RELATÓRIO DE AUDITORIA ORDINÁRIA DE CONFORMIDADE Nº 14/2017**

### **OBJETO**

**Auditoria ordinária de conformidade**  
**nos controles exercidos pelo Almoxarifado**

### **ÁREA AUDITADA**

**Secretaria de Assistência Social – SEMAS**

**Raquel Ferreira Drummond de Aguiar**  
**Controladora Geral do Município**

**Solange Cardoso Malta Nogueira**  
**Subsecretária de Controle Interno e Auditoria**

**José Luiz Modolo**  
**Gerente de Auditoria**

**Walquíria Oliveira Santos Perovano**  
**Assessora de Controle Interno**

**Vitória (ES), 15 de setembro de 2017.**





Prefeitura de Vitória  
Estado do Espírito Santo  
Controladoria Geral do Município  
Gerência de Auditoria

## RELATÓRIO DE AUDITORIA ORDINÁRIA Nº 14/2017

### I – INTRODUÇÃO

A Controladoria Geral do Município de Vitória – CGM, de acordo com suas atribuições institucionais (Leis Municipais nº 6.529/2005 e 8.530/2013; Decretos Municipais nº 15.881/2014, 16.561/2015 e 17.009/2017, Portaria CGM nº 02/2017 que estabelece o Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI, para o exercício de 2017 e Autorização de Serviço de Auditoria – ASA nº 01/2017, realizou a auditoria ordinária de conformidade nos controles exercidos pelo Almoxarifado da Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme a orientação do Anexo II - Tabelas 6 e 7 das Instruções Normativas números 34/2015 e 40/2016, do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo – TCEES.

### II – OBJETIVO

Os exames de auditoria visam:

- Aferir a eficiência dos controles internos, compreendendo entradas, saídas e estocagem de materiais;
- Analisar a segurança, a conservação, as condições físicas, o consumo de bens e as instalações físicas do almoxarifado.

### III – ABRANGÊNCIA/AMOSTRAGEM

Abrangência:

- Atividades desenvolvidas nos almoxarifados das Secretarias Municipais nos exercícios de 2016 e 2017.





Prefeitura de Vitória  
Estado do Espírito Santo  
Controladoria Geral do Município  
Gerência de Auditoria

Amostragem:

Extraiu-se no dia 22/05/2017 do sistema SMARma o relatório de título "posição Atual do Estoque - MAR03302", de cada Unidade Gestora que resultou em 20 Unidades Gestoras que possuíam saldos, demonstrado na Tabela 1.

Tabela 01 – Relação de Unidades Gestoras.

Unidade Gestora	Quantidade total de itens	Valor total dos itens
SEMUS	13.957.904,00	8.545.641,93
SEME	853.120,96	2.930.987,29
PROCON	624,00	778.287,68
SEMFA	11.891,00	604.944,56
SEMSU	15.064,00	453.714,32
SEMMAM	14.232,00	410.940,26
SEMADE	164.745,00	202.019,97
SEMAS	24.955,00	131.705,66
FUNDO SOCIAL	11.648,00	86.934,42
FUNDOAMBI	5,00	24.278,00
SEMOHAB	5.765,00	21.805,48
SEMCID	4.780,00	19.087,08
SEDEC	2.534,00	13.984,33
SETRAN	15.846,00	11.349,95
PGM	7.121,00	7.176,20
SEMC	1.114,00	5.332,52
SEMESP	2.372,00	3.718,34
FUNDOSOCIAL/PAT	3,00	2.218,00
SEMTTRE	2,00	1.530,00
SEGOV	1,00	190,00
<b>Total</b>	<b>15.093.726,96</b>	<b>14.255.846,01</b>

Fonte: Relatório Posição Atual do Estoque - MAR03302, de 22/05/2017 e Papel de Trabalho de Auditoria – PT 3 – CGM/GA.

Neste universo aplicou-se o método ABC para seleção da amostra, que será objeto de teste de auditoria, resultando na tabela 2. A amostra selecionada representa 70% do valor em estoque das Unidades Gestoras.

Tabela 2 – Frequência Unidade Gestora.

Unidade Gestora	Frequência <sup>1</sup>	Valor total
SEMUS	89	5.641.378,68
SEME	29	2.307.993,64
PROCON	3	755.441,20



Prefeitura de Vitória  
Estado do Espírito Santo  
Controladoria Geral do Município  
Gerência de Auditoria

SEMFA	7	475.454,00
SEMMAM	4	378.697,00
SEMSU	5	356.031,35
SEMAS	2	70.050,26
SEMAD	2	47.994,70
<b>Total</b>	<b>141</b>	<b>10.033.040,83</b>

Fonte: Papel de Trabalho de Auditoria – PT 3 – CGM/GA

Nota: 1 – Frequência é a quantidade de vezes que o item da Unidade Gestora repetiu-se na Amostra.

#### IV – METODOLOGIA E TÉCNICA

Entrevista, análise documental, exame dos registros, inspeção física conferência de cálculos e correlação das informações obtidas.

#### V - PERÍODO DE EXECUÇÃO

De 24 de maio a 15 de setembro de 2017, compreendendo: levantamentos preliminares, trabalho de campo e relatório.

#### VI – BASE LEGAL

Vide ANEXO I.

#### VII – DESENVOLVIMENTO

##### 1 BREVE HISTÓRICO

A gestão de almoxarifado dos órgãos municipais, com exceção da Secretaria de Saúde e Educação, até o exercício de 2015 era de competência da Secretaria de

*[Handwritten signatures and initials]*





Prefeitura de Vitória  
Estado do Espírito Santo  
Controladoria Geral do Município  
Gerência de Auditoria

Administração – SEMAD, por intermédio da Coordenação de Almoxarifado. Após a promulgação da Lei municipal nº 8.893/2015, que dentre outros assuntos, trata da desconcentração patrimonial, foi atribuído a cada órgão da Administração Direta a responsabilidade pela aquisição, guarda, distribuição e controle do material permanente e de consumo. Com isso a Secretaria de Assistência Social – SEMAS instalou nas dependências do prédio onde está situada o seu almoxarifado.

O Almoxarifado é uma unidade administrativa que tem por finalidade suprir de material, na quantidade certa, no momento certo e na qualidade certa, pelo menor custo possível, todas as demais unidades dos órgãos ou entidade para que possam cumprir sua missão (APOSTILA Gestão Patrimonial e Almoxarifado – TCEES 2009).

Na SEMAS o almoxarifado foi instalado no final de um dos corredores, no 2º andar do prédio, situado à Avenida Maruípe, número 2544, no bairro Itararé, no Município de Vitória. No local estão armazenado materiais de expediente, de gêneros alimentícios, de higiene e limpeza. Todos estão registrados no almoxarifado virtual SEMAS – materiais, no sistema SMARma, com o código 1.11.001.

## **2 APLICAÇÃO DE TESTES DE AUDITORIA**

Aplicou-se teste de auditoria nos procedimentos de controle exercidos pelo almoxarifado, evidenciando-se:

### **2.1. Divergência na apuração de saldo entre o balancete, inventário e balanço patrimonial, no exercício de 2016.**

Consultou-se o sistema SMARma e SMARcp, extraindo-se relatórios para a conferência dos saldos entre os registros contábeis com os de materiais, onde não se evidenciou divergências no saldo final. Em consulta ao Controle Informatizado de Dados do ES – CIDADES, plataforma do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo – TCEES, responsável pelo recebimento de dados de prestação de contas,



Prefeitura de Vitória  
Estado do Espírito Santo  
Controladoria Geral do Município  
Gerência de Auditoria

dos órgãos sobre sua Jurisdição, identificou-se que o saldo do Inventário Anual de Bens em Almoxarifado, apresenta divergência dos demais relatórios, conforme demonstra tabela 3.

Tabela 3 - Conferência de saldos – 2016

Almoxarifado	Balancete Anual SMARma (MAR01100)	Balancete Contábil SMARcp (CCR31400)	Inventário Anual TCE (extraído do TCE)	Balanco Patrimonial TCE (extraído do TCE)
Gêneros Aliment.	852,60	852,60	748.779,12	-
Mat. de Expediente			33,44	-
<b>Saldo de Estoque</b>	<b>852,60</b>	<b>852,60</b>	<b>748.812,56</b>	<b>852,60</b>

Fonte: Relatórios SMARma e SMARcp, CIDAES-TCEES.

Salienta-se que no Balanço Patrimonial, a conta contábil consultada foi a de estoques, no grupo do ativo circulante.

O fato foi apresentado à SEMFA/SUB-CONT, que alegou ter ciência e está trabalhando para sanar a situação.

### Recomendação

Promover análise no sentido de regularizar as divergências.

### 2.2 Ausência do Termo de Transferência de Responsabilidade

O Termo de Responsabilidade é um documento necessário para transferir a guarda dos bens de um responsável para outro. De acordo com o artigo 19, do Decreto Municipal nº 13.160/2007:

Art. 19. Os bens móveis, qualquer que seja sua natureza e valor, serão confiados à guarda e conservação do titular da chefia da Unidade Administrativa em que estiverem localizados fisicamente, podendo ser responsabilizado o servidor que o utilizar, em conformidade com o que dispõe a Lei nº 2.994, de 1982.





Prefeitura de Vitória  
Estado do Espírito Santo  
Controladoria Geral do Município  
Gerência de Auditoria

Também a Norma de Procedimento SCL-NP 03, de 08/10/2012, estabelece que na ocorrência de substituição do responsável pelo almoxarifado deverá ser preenchido o formulário Termo de Transferência de Responsabilidade.

O preenchimento do referido relatório assegura a Administração, bem como o próprio servidor responsável de que há conformidade nos saldos dos bens em estoque e que foi realizado o inventário na transferência de responsabilidade.

A ausência de controle de bens, na substituição do responsável, pode acarretar em danos ao Município, incorrendo em risco para o próprio servidor que assume a nova gestão.

### **Recomendação**

A legislação municipal e as normas vigentes determinam que na substituição do responsável pelo almoxarifado, se realize o termo de transferência de responsabilidade, desta forma recomenda-se que sejam observados os normativos legais, especialmente na substituição de responsável, pois esta ação agrega segurança aos controles de bens em estoque e reduz o risco de se assumir inconsistência decorrente da gestão anterior. Corrobora-se a este entendimento a Orientação Técnica CGM nº 001/2016.

### **2.3 Ausência de capacitação de servidores**

A transformação do profissional é proporcionada pela aprendizagem de novas habilidades, conceitos e atitudes que também são fundamentais para a conquista da eficácia organizacional, expõe Viturino (2015). Frente aos novos desafios proporcionados pelo atual cenário brasileiro, é necessário ter uma equipe preparada, capaz de estabelecer metas e planos a fim de alcançar resultados favoráveis à Administração Pública.





Prefeitura de Vitória  
Estado do Espírito Santo  
Controladoria Geral do Município  
Gerência de Auditoria

Ocorre que na visita *in loco*, realizada para aplicação de testes de auditoria, verificou-se que em 2015 houve uma capacitação, porém de acordo com relatos de servidores, foi de forma superficial, não sendo específico para a área de almoxarifado.

Os servidores necessitam de treinamento contínuo para minimizar possíveis erros, morosidade e ineficácia dos serviços públicos.

### **Recomendação**

Recomenda-se à Secretaria de Assistência Social que promova capacitação específica para servidores que atuam no controle de estoque, principalmente quanto à matéria de registros (entradas e saídas), bem como à armazenagem, objetivando o fortalecimento da gestão de materiais e o desenvolvimento profissional do servidor.

### **2.4 Comissão Temporária de Inventário Anual**

O Decreto Municipal nº 16.864/2016, dispõe sobre procedimentos a serem adotados para a realização do inventário anual geral de bens existentes no almoxarifado, no exercício de 2016. Tal Decreto determina a obrigatoriedade da realização do inventário anual, por comissão temporária instituída por cada Unidade Gestora da Administração Direta.

Consultando o Diário Oficial do Município – DOM, na data de 02 de março de 2017, edição nº 641, verificou-se a publicação das Portarias nºs 02, 03, 04 e 05 da SEMAS, que exclui e inclui servidores para compor a comissão temporária de inventário anual dos bens em almoxarifados. De posse do relatório final do inventário anual, encaminhada a esta Controladoria, verificou-se que servidores responsáveis pela elaboração do relatório de inventário anual, não correspondem àqueles nomeados para a comissão inventariante por autoridade competente.



Prefeitura de Vitória  
Estado do Espírito Santo  
Controladoria Geral do Município  
Gerência de Auditoria

O ato de designar servidores para comporem equipes de trabalho é atribuição legal do ordenador de despesa, prevista no Decreto Municipal nº 11.827/2003, e deve ser observada.

Ainda sobre a temática deste item, destaca-se a necessidade de atentar para o princípio da segregação de função, que em síntese expressa:

8.1.1 A segregação de funções consiste em princípio básico de controle interno administrativo que separa, por servidores distintos, as funções de autorização, aprovação, execução, controle e contabilidade. (SIAFI 020315 – Conformidade Contábil).

Registra-se que o decreto que estabeleceu procedimentos para elaboração do inventário anual do exercício de 2016, previu esta argumentativa:

Art. 2º. As Comissões de Inventário serão compostas por servidores de cada Unidade Gestora – UG do Município de Vitória, e sua constituição deverá obedecer ao princípio da segregação de funções. (Decreto Municipal nº 16.864/2016).

Ocorre que os servidores responsáveis pela elaboração do relatório de inventário anual, são os mesmos responsáveis pela aquisição, guarda, controle e distribuição dos materiais de consumo na secretaria auditada.

A segregação de função é de suma importância para a Administração Pública, pois tem por objetivo reduzir riscos de procedimentos inadequados, não previstos em normas, a atividade de avaliação deve ser realizada por servidor distinto daquele que opera a execução, pois conforme assevera Nascimento (1997, p.18 *apud* SILVA, 2013, p.51) “não se pode esperar atitude imparcial de alguém avaliando seu próprio comportamento”.

## **Recomendação**

Recomenda-se à Secretaria de Assistência Social que atenda as determinações do ordenador de despesa, em atenção às atribuições que lhe é cabida, em especial ao ato de designar formalmente grupos de trabalhos.





Prefeitura de Vitória  
Estado do Espírito Santo  
Controladoria Geral do Município  
Gerência de Auditoria

A SEMAS deverá observar o princípio da segregação de função nas atividades de avaliação, de modo a minimizar eventuais fragilidades no sistema de controle interno.

## 2.5 Divergência na contagem física

Com o objetivo de atestar as informações inseridas no sistema de gestão de materiais, foi realizado o teste de contagem física, que visa avaliar a efetividade dos controles internos nas entradas e saídas de materiais em almoxarifado.

Na Secretaria de Assistência Social foram verificados 100% dos itens de consumo em estoque, na data de 08 de agosto de 2017, que representava monetariamente R\$ 24.383,07 (vinte e quatro mil, trezentos e oitenta e três reais e sete centavos).

É de suma importância destacar que os almoxarifados da SEMAS e do Fundo Municipal de Assistência Social de Vitória – FMAS, são segregados virtualmente, porém não fisicamente, por isso no teste de contagem física em alguns itens foi necessário efetuar soma entre os dois almoxarifados virtuais, para confrontar com a contagem física.

Dos 23 itens verificados, 7 apresentaram divergência entre saldo físico e saldo virtual, estes são demonstrados na tabela a seguir:

Tabela 4 – Divergências de saldo detectadas na contagem física

cdalmox	Código	Descrição	Data	QtAtual	VrAtual	1ª Cont.	2ª Cont.	3ª Cont.	Dif.
1.11.001	160.070.410.001	AÇUCAR, Tipo/Modelo : Cristal, Embalagem [Peso, Kg] : 2, Qualidade Exigida: 1ª	28/07/2017	364	738,92	432	432	432	(-) 234
1.11.001	890.250.010.003	AÇUCAR, Tipo/Modelo: Cristal, Embalagem [Peso, Kg]: 2, Qualidade Exigida: 1ª	31/07/2017	302	613,06				
1.11.001	160.070.010.002	CAFÉ, Tipo: TORRADO E MOÍDO DE 1ª QUALIDADE, COM SELO ABIC E/OU LAUDO EMITIDO POR LABORATÓRIO CREDENCIADO PELA REBLAS/ANVISA, Complemento: Acondicionamento para Entrega: Embalagem a Vácuo em Pacote de 250 ou 500g, Deverá possuir Aroma Carac	31/07/2017	78,5	1.164,94	738	738	738	(-) 2
5.11.001	160.070.010.002	CAFÉ, Tipo: TORRADO E MOÍDO DE 1ª QUALIDADE, COM SELO ABIC E/OU LAUDO EMITIDO POR LABORATÓRIO CREDENCIADO PELA	28/06/2017	661,5	9.816,66				





Prefeitura de Vitória  
Estado do Espírito Santo  
Controladoria Geral do Município  
Gerência de Auditoria

cdalmox	Código	Descrição	Data	QtAtual	VrAtual	1ª Cont.	2ª Cont.	3ª Cont.	Dif.
		REBLAS/ANVISA, Complemento: Acondicionamento para Entrega: Embalagem a Vácuo em Pacote de 250 ou 500g. Deverá possuir Aroma Carac							
1.11.001	750.100.140.080	CANETA, Tipo: Marca Texto, Aplicação: Sublinhar e Destacar o Texto, Cor: Laranja, Material [Corpo]: Confeccionado em material plástico, rígido, inquebrável com formato anatômico, podendo ser cilíndrico, cônico ou retangular., Material [Pont	31/07/2017	5	3,55	8	8	8	(+) 3
1.11.001	160.220.120.001	PAPEL, Tipo/Modelo: Higiénico, Comprimento [m]: 300, Material: 100% Fibras Virgens de Celulose, Características: Macio, com Alta Absorção, Laudos Microbiológicos e de Acordo com a ANVISA e Ministério da Saúde, Qualidade Exigida: Primeira, L	28/07/2017	914	3.016,20				
1.11.001	790.101.720.026	PAPEL, Tipo/Modelo: Higiénico, Comprimento [M]: 300, Material: 100% Fibras Virgens de Celulose, Cor: Branco, Características: Macio, com Alta Absorção, Laudos Microbiológicos e de Acordo com a ANVISA e Ministério da Saúde, Qualidade Exigida	31/07/2017	16	42,88	1.336	1.336	1.336	(-) 61
5.11.001	160.220.120.001	PAPEL, Tipo/Modelo: Higiénico, Comprimento [m]: 300, Material: 100% Fibras Virgens de Celulose, Características: Macio, com Alta Absorção, Laudos Microbiológicos e de Acordo com a ANVISA e Ministério da Saúde, Qualidade Exigida: Primeira, L	20/06/2017	467	1.541,10				
1.11.001	750.100.600.051	PINCEL, Tipo: ATÔMICO, Cor: Azul, Traço: Grosso, Aplicação: Confeção de Cartazes, Painéis e Escrita em Embalagens, Ponta: Feltro, Dura e Resistente de Formato Retangular Chanfrada, Espessura do Traço [+/- 0,02mm]: 8mm, Corpo: Plástico Rígi	31/07/2017	9	15,03	12	12	12	(+) 3
1.11.001	750.100.600.055	PINCEL, Tipo: ATÔMICO, Cor: Preto, Traço: Grosso, Aplicação: Confeção de Cartazes, Painéis e Escrita em Embalagens, Espessura do Traço [+/- 0,02mm]: 8mm, Corpo: Plástico Rígido, Anatômico Podendo Ser Cilíndrico ou Cônico, Tampa: REMOVÍVEL,	31/07/2017	20	35,51	12	12	12	(-) 8
1.11.001	750.100.600.056	PINCEL, Tipo: Marcador, Cor: Azul, Aplicação: Quadro Branco/Magnético, Ponta: De acrílico, no formato ogiva, garantindo firmeza e uniformidade na espessura do traçado, Espessura da Ponta: 4mm, Espessura do Traço: 2mm, Diâmetro Pincel [+/- 2	31/07/2017	5	19,40	2	2	2	(-) 3

Fonte: Relatório MAR03302 - Posição Atual de Estoque - SMARma e PT 9.3.3;

Nota: Materiais que apresentam dois códigos referem-se a transição dos cadastros no sistema SMARma.

Após a inspeção física, foi solicitada à equipe responsável pelo controle físico e sistêmico dos materiais para que justificasse as inconsistências identificadas. Registra-se que a informação obtida dos servidores era que se tratava de Requisição de Materiais em Estoque – RME, que não foram efetivadas no sistema à época, sendo assim, as RME's pendentes foram emitidas, regularizando as seguintes inconsistências:



Prefeitura de Vitória  
Estado do Espírito Santo  
Controladoria Geral do Município  
Gerência de Auditoria

Tabela 5 – Divergências sanadas

cdalmox	nmalmox	Código	Descrição	QtAtual	Contagem	Dif.
1.11.001	Almoxarifado Virtual SEMAS - Materiais	750.100.600.055	PINCEL, Tipo: ATÔMICO, Cor: Preto, Traço: Grosso, Aplicação: Confecção de Cartazes, Painéis e Escrita em Embalagens, Espessura do Traço (+/- 0,02mm): 8mm, Corpo: Plástico Rígido, Anatômico Podendo Ser Cilíndrico ou Cônico, Tampa: REMOVÍVEL.	12	12	0
		750.100.600.056	PINCEL, Tipo: Marcador, Cor: Azul, Aplicação: Quadro Branco/Magnético, Ponta: De acrílico, no formato ogiva, garantindo firmeza e uniformidade na espessura do traçado, Espessura da Ponta: 4mm, Espessura do Traço: 2mm, Diâmetro Pincel (+/- 2	2	2	0
1.11.001 / 5.11.001	Almoxarifado Virtual SEMAS – Materiais / Almoxarifado Virtual Fundo Municipal Ação Social - Materiais	160.070.010.002	CAFÉ, Tipo: TORRADO E MOÍDO DE 1ª QUALIDADE, COM SELO ABIC E/OU LAUDO EMITIDO POR LABORATÓRIO CREDENCIADO PELA REBLAS/ANVISA, Complemento: Acondicionamento para Entrega: Embalagem a Vácuo em Pacote de 250 ou 500g. Deverá possuir Aroma Carac	738	738	0

Outras divergências continuam pendentes de regularização, a saber:

Tabela 6: Divergências pendentes de regularização

cdalmox	nmalmox	Código	Descrição	QtAtual	Contagem	Diferença
1.11.001	Almoxarifado Virtual SEMAS - Materiais	160.070.410.001	AÇUCAR, Tipo/Modelo : Cristal, Embalagem [Peso, Kg] : 2, Qualidade Exigida: 1ª	364	432	- 234
		890.250.010.003	AÇUCAR, Tipo/Modelo: Cristal, Embalagem [Peso, Kg]: 2, Qualidade Exigida: 1ª	302		
		750.100.600.051	PINCEL, Tipo: ATÔMICO, Cor: Azul, Traço: Grosso, Aplicação: Confecção de Cartazes, Painéis e Escrita em Embalagens, Ponta: Feltro, Dura e Resistente de Formato Retangular Chanfrada, Espessura do Traço (+/- 0,02mm): 8mm, Corpo: Plástico Rígido	6	12	+ 6
		160.220.120.001	PAPEL, Tipo/Modelo: Higiênico, Comprimento [m]: 300, Material: 100% Fibras Virgens de Celulose, Características: Macio, com Alta Absorção, Laudos Microbiológicos e de acordo com a ANVISA e Ministério da Saúde, Qualidade Exigida: Primeira, L	1.356	1.336	- 20
		750.100.140.080	CANETA, Tipo: Marca Texto, Aplicação: Sublinhar e Destacar o Texto, Cor: Laranja, Material [Corpo]: Confeccionado em material plástico, rígido, inquebrável com formato anatômico, podendo ser cilíndrico, cônico ou retangular., Material [Pont	5	8	+ 3

Salienta-se que até a conclusão deste trabalho de auditoria as pendências mencionadas ainda não haviam sido sanadas.

### Recomendação

Recomenda-se a regularização das informações, de forma que haja consistência entre os saldos virtuais e físicos.





Prefeitura de Vitória  
Estado do Espírito Santo  
Controladoria Geral do Município  
Gerência de Auditoria

## **2.6 Atualização da norma de procedimento de almoxarifado**

Os procedimentos de controle do almoxarifado da PMV são orientados pela Norma de Procedimento SCL-NP 03 – Controle de Estoque, aprovada em 08/10/2012, enquanto o Decreto Municipal nº 13.160/2007 dispõe sobre a administração e controle dos bens patrimoniais e dá outras providências.

Em 22/12/2015 foi publicada a Lei Municipal nº 8.893/2015 que em consonância com as Leis Municipais números 5.983/2003 e 6.529/2005, dispõe sobre as desconcentrações administrativas, com alterações significativas na estrutura administrativa da PMV, em especial na gestão de bens de consumo e patrimoniais móveis e imóveis.

No exercício de 2017, iniciou-se a regulamentação Lei Municipal nº 8.893/2015, que altera os procedimentos legais e formais exercidos pelas Unidades Gestoras da Administração Municipal, causando desatualização da Norma de Procedimento SCL-NP 03 – Controle de Estoque e no Decreto Municipal nº 13.160/2007.

### **Recomendação:**

Integrar grupo de trabalho com a participação de outras Unidades Gestoras para que se proceda de acordo com a legislação vigente a atualização da Norma de Procedimento SCL-NP 03 – Controle de Estoque e do Decreto Municipal nº 13.160/2007.

## **2.7 Outras disfunções detectadas**

### **➤ Evidências de irregularidades na emissão de RME**

A RME é uma ferramenta de controle de estoque, pois registra as saídas de materiais dos respectivos almoxarifados, todos os campos necessitam estar corretamente preenchidos. Verificou-se por amostragem RME's sem preenchimento





Prefeitura de Vitória  
Estado do Espírito Santo  
Controladoria Geral do Município  
Gerência de Auditoria

do campo de data, sem carimbo, com nome ilegível, assinada por servidor de secretaria distinta àquela, datada anteriormente à sua emissão no sistema.

Consultando o sistema integrado de gestão de materiais, SMARma, foi possível verificar a ocorrência de RME's que não tiveram o setor requisitante especificado, demonstradas na tabela a seguir:

Tabela 7: RME's sem especificação do setor requisitante

RME	Data_RME	Data_Entrega	Funcionário / Requisitante	Almoxarifado
0000010498/2017	02/06/2017	05/06/2017	11.01.00.00.00.00 - Secretaria de Assistência Social	1.11.001 - SEMAS
0000010673/2017	05/06/2017	05/06/2017	11.01.00.00.00.00 - Secretaria de Assistência Social	1.11.001 - SEMAS
0000011489/2017	08/06/2017	08/06/2017	11.01.00.00.00.00 - Secretaria de Assistência Social	1.11.001 - SEMAS
0000011497/2017	08/06/2017	08/06/2017	11.01.00.00.00.00 - Secretaria de Assistência Social	1.11.001 - SEMAS
0000011488/2017	08/06/2017	08/06/2017	11.01.00.00.00.00 - Secretaria de Assistência Social	1.11.001 - SEMAS
0000012100/2017	13/06/2017	13/06/2017	11.01.00.00.00.00 - Secretaria de Assistência Social	1.11.001 - SEMAS
0000017196/2017	28/07/2017	28/07/2017	11.01.00.00.00.00 - Secretaria de Assistência Social	1.11.001 - SEMAS
0000017195/2017	28/07/2017	28/07/2017	11.01.00.00.00.00 - Secretaria de Assistência Social	1.11.001 - SEMAS
0000017192/2017	28/07/2017	28/07/2017	11.01.00.00.00.00 - Secretaria de Assistência Social	1.11.001 - SEMAS
0000017203/2017	28/07/2017	28/07/2017	11.01.00.00.00.00 - Secretaria de Assistência Social	1.11.001 - SEMAS
0000017200/2017	28/07/2017	28/07/2017	11.01.00.00.00.00 - Secretaria de Assistência Social	1.11.001 - SEMAS
0000017197/2017	28/07/2017	28/07/2017	11.01.00.00.00.00 - Secretaria de Assistência Social	1.11.001 - SEMAS
0000017335/2017	31/07/2017	31/07/2017	11.01.00.00.00.00 - Secretaria de Assistência Social	1.11.001 - SEMAS
0000017336/2017	31/07/2017	31/07/2017	11.01.00.00.00.00 - Secretaria de Assistência Social	1.11.001 - SEMAS
0000017338/2017	31/07/2017	31/07/2017	11.01.00.00.00.00 - Secretaria de Assistência Social	1.11.001 - SEMAS
0000017339/2017	31/07/2017	31/07/2017	11.01.00.00.00.00 - Secretaria de Assistência Social	1.11.001 - SEMAS
0000017337/2017	31/07/2017	31/07/2017	11.01.00.00.00.00 - Secretaria de Assistência Social	1.11.001 - SEMAS

Fonte: SMARma, Relatório MAR00502

A ausência de informação torna vulnerável o controle de movimentação de materiais em almoxarifado.



Prefeitura de Vitória  
Estado do Espírito Santo  
Controladoria Geral do Município  
Gerência de Auditoria

➤ Relatório KARDEX

O relatório MAR02802 do sistema SMARma, denominado KARDEX, resumidamente tem por finalidade registrar a movimentação de entrada e saída dos materiais, informando o saldo inicial e final, trazendo informação da descrição do movimento. Observou-se por amostragem, no movimento de entrada e saída imediata que a descrição do solicitante do material é registrada em nome do fornecedor, ao invés de registrar a unidade que requisitou. No decorrer desta auditoria foi comunicado a Subsecretaria de Contabilidade - Coordenação de Sistemas de Patrimônio e Almojarifado (CSPA), que regularizou a situação junto ao sistema SMAR.

➤ Condições físicas do Almojarifado

Foi verificado em visita *in loco* que o almojarifado da SEMAS não detém de espaço físico suficiente para o armazenamento de seus materiais de consumo, uma vez que parte está localizada no Banco de Alimentos Herbert de Souza, em Jardim da Penha. No local existe pouca ventilação, o layout não é funcional e existem materiais estocados em contato direto com piso (Figura 1). O Almojarifado está localizado no 2º andar, sendo dificultoso para o recebimento e distribuição dos materiais, o qual é realizado com auxílio de um funcionário de empresa terceirizada e este também auxilia no armazenamento e na contagem de estoque.

Figura 1 – Material estocado em contato direto com o piso







Prefeitura de Vitória  
Estado do Espírito Santo  
Controladoria Geral do Município  
Gerência de Auditoria

- Materiais localizados fisicamente no almoxarifado, que não constam no relatório virtual.

Na visita *in loco* realizada no dia 08/08/2017, foram identificadas 50 caixas de papel A4 nas dependências do almoxarifado da SEMAS, que não constavam em relatórios virtuais do sistema SMARma, .

### Recomendação

Recomenda-se à Secretaria que:

- Observar o correto preenchimento de todos os campos das RME's, com especificação o setor requisitante;
- Promova melhorias na instalação física do almoxarifado.

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*





Prefeitura de Vitória  
Estado do Espírito Santo  
Controladoria Geral do Município  
Gerência de Auditoria

## VIII – CONCLUSÃO

O resultado desta auditoria, diante dos pontos elencados, demonstra a necessidade de aperfeiçoamento da gestão de almoxarifado, nos controles de armazenamento e de entrada e saída de materiais, na capacitação específica para servidores da área, e também nos demais procedimentos formais.

É oportuno frisar que a correção das eventuais inconsistências apontadas neste Relatório não deve se restringir às situações nele mencionadas, visto que foram identificadas mediante exame por amostragem, não se podendo descartar, portanto, a possibilidade de ocorrência de outras situações não detectadas.

O trabalho completo desta auditoria encontra-se arquivado na CGM, em pasta própria, contendo todos os dados utilizados na produção deste Relatório.

Vitória (ES), 15 de setembro 2017.

Walquiria Oliveira Santos Perovano  
Assessora de Controle Interno

  
José Luiz Modolo  
Gerente de Auditoria

Aprovado em 02 / 10 / 17

Solange Cardoso Malta Nogueira  
Subsecretária de Controle Interno e Auditoria

Raquel Ferreira Drummond de Aguiar  
Controladora Geral do Município



Prefeitura de Vitória  
Estado do Espírito Santo  
Controladoria Geral do Município  
Gerência de Auditoria  
**ANEXO I - BASE LEGAL**

### 1) LEGISLAÇÃO FEDERAL

- a) Lei Federal 8.666/93 – de 21 de junho de 1993 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- b) Lei Federal 4.320/64 – de 17 de março de 1964 – Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- c) Lei Complementar nº 101/2000 – de 04 de maio de 2000 – Estabelece normas de finanças públicas para responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências;
- d) Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – Aprovado pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 02, de 22 de dezembro de 2016;
- e) Norma Regulamentadora NR 23.
- f) Manual SIAFI WEB. Disponível em: <<http://manualsiafi.tesouro.fazenda.gov.br/020000/020300/020315/?searchterm=020315>>. Acesso em 29 agosto de 2017.
- g) TCU – Revista do TCU Set/Dez 2013. Disponível em: <<http://revista.tcu.gov.br/ojs/index.php/RTCU/article/viewFile/68/71>>. Acesso em 30 agosto de 2017.

### 2) LEGISLAÇÃO ESTADUAL

- a) Resolução TCEES nº 261/2013 - de 04 de junho de 2013;
- b) Instrução Normativa TCEES nº 034 – de 02 de junho de 2015 e suas alterações;
- c) Norma Técnica CBMES nº 12/2009 – Aprovada pela Portaria nº 166-R, de 29 de outubro de 2009;
- d) Apostila Gestão Patrimonial e Almoxarifado – TCEES 2009

### 3) LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

- a) Lei Orgânica do Município do Município de Vitória;
- b) Lei nº 5.983, de 01/10/2003 - Dispõe sobre a Desconcentração Administrativa do Poder Executivo Municipal de Vitória;
- c) Lei nº 6.529, de 29/12/2005 – Dispõe sobre a estrutura organizacional da PMVitória;
- d) Lei nº 8.893, de 02/12/2015 – Altera o art. 10 da Lei nº 6.529, de 29 de dezembro de 2005, e dá outras providências;
- e) Decreto nº 11.827, de 23/12/2003 – Regulamenta a Lei 5.983/2003 que dispõe sobre a Desconcentração Administrativa do Poder Executivo Municipal de Vitória;
- f) Decreto nº 13.160, de 25/01/2007 - Dispõe sobre a administração e controle dos bens patrimoniais e dá outras providências.
- g) Decreto nº 15.489, de 11/09/2012 - Estabelece a forma de organização e regulamenta o funcionamento das unidades administrativas da Secretaria de Saúde;
- h) Decreto nº 17.001, de 05/04/2017 - Estabelece a forma de organização e regulamenta o funcionamento das Unidades Administrativas da Secretaria de Administração;
- i) Decreto nº 17.003 de 05/04/2017 - Estabelece a forma de organização e regulamenta o funcionamento das Unidades Administrativas da Secretaria de Fazenda;
- j) Decreto nº 17.015 de 02/05/2017 - Estabelece a forma de organização e regulamenta o funcionamento das Unidades Administrativas da Secretaria de Educação e dá outras providências;
- k) Manual de Procedimentos para Manuseio de Processos Administrativos – Aprovado pela Comunicação Interna SEMAD/GAB nº 242/2014, conforme artigo 2º da Portaria nº 146/2007.
- l) Manual de Despesa – Atualizado conforme Anexo B da Resolução TCEES nº 282/2014, Portaria STN nº 448/2002 e Decreto Municipal nº 13.160/2007;
- m) Norma de Procedimento SCL-NP 03 Controle de Estoque – de 08 de outubro de 2012.

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

